

PPA

2016-2019

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PPA

FÓRUM INTERCONSELHOS

janeiro/2018 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

DYOGO OLIVEIRA

Secretário-Executivo

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos

MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI

Diretora do Departamento de Planejamento, Avaliação e Assuntos Sociais

PRISCILLA ROSA PIMENTEL SGANZERLA

Coordenador-Geral de Planejamento

RODRIGO CORREA RAMIRO

SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

CARLOS MARUM

Secretária-Executiva

IVANI DOS SANTOS

Secretário Nacional de Articulação Social

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Diretora de Departamento de Participação e Diálogos Sociais

MARIA THEREZA FERREIRA TEIXEIRA

Supervisão-geral e texto:

MARIA DO ROSÁRIO DE HOLANDA CUNHA CARDOSO

Coordenadora de Planejamento e Assuntos Transversais e Territoriais

Colaboradores:

ANA KARINA BARROS SOBRAL

DOROTEA BLOS

EDUARDO GOMOR DOS SANTOS

KALID NOGUEIRA CHOUDHURY

LAINA PETERNELLA FERREIRA

JAILTON ALMEIDA DO NASCIMENTO

TELMA AIKO TANNO

Equipe técnica responsável:

ISAAC COSTA CAMPECHE (Capa e Design Gráfico)

Editoração:

SEPLAN/MP

Informações:

Esplanada dos Ministérios - Bloco K - 3º andar

Brasília-DF - CEP: 70040-906

Tel: 55 (61) 2020-4022 / 4070/4944

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	6
O PPA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	7
AGENDAS TRANSVERSAIS	8
FÓRUM INTERCONSELHOS	9
EDIÇÕES REALIZADAS	11
PRÊMIO DA ONU	12
FÓRUM INTERCONSELHOS 2017	13



APRESENTAÇÃO

Uma das principais características da democracia moderna consiste na existência de um Estado que responda efetivamente aos anseios e necessidades de sua população. Apesar dos avanços e das conquistas ocorridos com a Constituição de 1988, a democracia representativa brasileira ainda não tem se mostrado suficiente para envolver, de fato, seus cidadãos e cidadãs no controle sobre os assuntos de interesse público.

Nesse sentido, a participação da sociedade civil para interferir nos assuntos de seu interesse no âmbito do Estado tem sido buscada de forma efetiva pelo Governo brasileiro, que cada vez mais se abre para o efetivo diálogo com essas organizações, almejando com isso aumentar a eficiência de suas ações. O PPA – Plano Plurianual, instrumento de planejamento governamental de médio prazo, tem se destacado por constantes inovações na promoção da participação social.

Nessa mesma perspectiva, o Ministério do Planejamento e a Secretaria de Governo da Presidência da República organizam periodicamente o Fórum Interconselhos, instância privilegiada de participação que reúne os diversos Conselhos Nacionais e visa promover a articulação desses diversos grupos nos rumos das políticas públicas,

formulando recomendações para aprimorar a intersetorialidade e transversalidade do PPA. Ao invés da atuação setorializada, busca-se a unidade da ação da sociedade, que assim também se fortalece no diálogo com as instâncias do governo. O PPA tem se organizado também a partir de Agendas Transversais, que permitem formas diferenciadas de acompanhamento da ação do governo sobre públicos e temáticas específicas, como juventude, igualdade racial, pessoa idosa, povos indígenas, economia solidária, entre outros.

O Fórum Interconselhos 2017 foi realizado nos dias 8 e 9 de novembro, em Brasília, e apresentou o resultado do monitoramento das ações relativas a 2016. Além disso, apresentou também uma nova metodologia de monitoramento participativo, que busca aumentar a responsividade do Estado brasileiro na execução das políticas públicas. Com o aumento do protagonismo dos Conselhos Nacionais no controle sobre a execução das políticas públicas, essa nova metodologia vai permitir uma participação ainda maior da sociedade civil não somente no momento de sua elaboração, mas também de sua execução, ampliando assim a legitimidade das ações do Estado brasileiro.



MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI
Secretário de Planejamento e
Assuntos Econômicos



PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal de 1988, comumente concebida como Constituição Cidadã, marcou o período de redemocratização no Brasil e foi constituída, em diversos aspectos, buscando privilegiar o planejamento governamental e a participação dos cidadãos e cidadãs na administração pública, seja de forma direta seja por intermédio de organizações e movimentos sociais. A participação social no PPA tem um importante momento nos anos 2000, com a criação e consolidação de diversos órgãos colegiados, notadamente os Conselhos Nacionais de políticas públicas, tornados espaços

prioritários para a discussão e deliberação das demandas da sociedade brasileira.

Nesse momento, passa a ser cada vez mais relevante a participação social a partir de organizações da sociedade civil que se articulam em temáticas específicas como igualdade racial; igualdade de gênero; as diversas fases da vida, como infância, juventude e velhice; a questão ambiental; os povos indígenas; as pessoas com deficiência, entre outras temáticas relevantes.

O PPA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O planejamento governamental plurianual instituído pela CF/88 vem sendo fortalecido a cada edição, com destaque para sua democratização por meio de instrumentos participativos de consulta à sociedade¹.

- **Constituição Federal de 1988:** A CF/88 normatiza o sistema de planejamento e orçamento a partir de três elementos: PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA), os quais devem ser compatibilizados entre si. O PPA é o instrumento de balizamento da ação governamental, articulando-se com a programação orçamentária, definindo as prioridades de governo em um horizonte temporal de quatro anos, estabelecendo as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para os programas de duração continuada. Com base no plano plurianual, o Poder Executivo elabora a LDO que, aprovada pelo Poder Legislativo, orienta a formulação da proposta da LOA.

- **PPA 1991-1995:** Considerado uma peça formal para cumprir os requisitos determinados pela CF/88, o PPA só iria se transformar em uma ferramenta de planejamento estatal após 1994, com o Plano Real e a estabilização monetária.

- **PPA 1996-1999:** Foi marcado pela priorização dos processos de estabilização econômica, reforma do Estado e desestatizações. Para tanto foram definidas grandes estratégias

de ação: (i) construção de um Estado moderno e eficiente; (ii) redução dos desequilíbrios espaciais e sociais; (iii) inserção competitiva e modernização produtiva.

- **PPA 2000-2003:** Promoveu alterações metodológicas profundas, principalmente com a definição do programa como unidade de gestão, o qual passa a organizar a ação governamental em função da resolução de problemas ou do atendimento de demandas da sociedade, desdobrando-se em projetos e atividades portadores de produtos que expressam a oferta de bens e serviços à sociedade. Além de ser, a unidade de integração entre plano e orçamento.

- **PPA 2004-2007:** Manteve o arcabouço metodológico do PPA anterior e avançou na experiência de participação social para a construção de diretrizes e prioridades no Plano. Foram realizados 27 Fóruns de Participação Social do PPA, nos 26 Estados e no Distrito Federal, para consulta à sociedade civil organizada sobre os rumos estratégicos do planejamento, com a participação de mais de dois mil representantes de organizações.

- **PPA 2008-2011:** Reforçou a necessidade da participação social no processo de elaboração do Plano, levando em consideração a interação com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e com as propostas emanadas pelas conferências e conselhos nacionais. Foram realizados diversos encontros com os conselhos nacionais para possibilitar uma melhor compreensão sobre o instrumento de planejamento e para ampliar o debate sobre a elaboração do Plano. Consolidou-se, assim, a incorporação desses espaços de consulta e

¹A linha do tempo a seguir foi construída com base em informações oficiais sobre o PPA e em COUTO, Leandro Freitas. Planos Plurianuais e Estratégias de Desenvolvimento. Em: Planejamento e orçamento público no Brasil / Márcio Gimene e Leandro Freitas Couto, organizadores – Brasília: Enap, 2017.

participação no processo de elaboração do PPA, promovendo-se a qualificação do debate acerca desse instrumento de planejamento.

- **PPA 2012-2015:** Para a formulação do PPA 2012-2015, foi realizada a primeira edição do Fórum Interconselhos, em 2011, com 300 participantes representando conselhos e comissões nacionais e entidades de diversos setores da sociedade, consolidando-se a estratégia de valorizar e fortalecer os conselhos como espaços legítimos de participação. Foram 629 contribuições da sociedade civil, das quais 77%

foram incorporadas integralmente ao PPA. Dentre as demandas apresentadas, estava a continuidade do processo participativo.

- **PPA 2016-2019:** Alcançou um novo patamar no que diz respeito aos diálogos do Governo Federal com a sociedade, ao ampliar o processo de consulta social durante a fase de elaboração do PPA e envolver de forma direta os Ministérios, o que evidencia a intenção de consolidar essa prática como uma forma concreta de governar.

AGENDAS TRANSVERSAIS

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

AGENDAS TRANSVERSAIS

Após a entrega do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015 ao Congresso Nacional, foram elaboradas as Agendas Transversais, formas alternativas de organização das informações contidas no Plano, permitindo uma visão sistematizada das ações de governo para públicos ou temas específicos e propiciando outra perspectiva para seu monitoramento.

As Agendas refletem não somente as ações implementadas pelo Órgão diretamente responsável pela temática, mas todas as ações de todos os órgãos que, direta ou indiretamente, contribuem com aquela temática. Com isso, a questão da transversalidade das políticas públicas é evidenciada.

As Agendas Transversais refletem então todas as ações governamentais inseridas no Plano Plurianual

relativas a cada uma de suas temáticas. Nesse sentido, serviram também de modelo para a elaboração de formas específicas para institucionalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Para cada um dos 17 Objetivos ODS foi criada uma Agenda específica, inclusive dentro do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que reflete em quais atributos do atual PPA os ODSs estão refletidos.

Esse processo de compatibilização entre o PPA e o compromisso internacional proposto pela ONU

identificou a sintonia entre os atributos do atual PPA e as demandas globais do compromisso. Com a implementação das Agendas ODSs, a sociedade civil e a população em geral terão disponíveis mais uma forma para o monitoramento da ação pública, inclusive a partir do aplicativo PPA Cidadão, que também reflete as 17 Agendas ODS.



FÓRUM INTERCONSELHOS

Em sua 2ª edição, de outubro de 2011, o Fórum Interconselhos foi incorporado ao I Plano de Ação do Governo Brasileiro, da Parceria para o Governo Aberto – OGP, compromisso internacional que estabelece práticas de transparência, controle social e responsividade dos Estados. O Fórum Interconselhos foi posteriormente incorporado aos Planos subsequentes, e no 3º Plano foi a base do Compromisso 14: Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos, o que explicita sua relevância

O QUE É

Mecanismo criado para garantir a participação da sociedade na elaboração e no monitoramento dos Planos Plurianuais. Reúne periodicamente representantes dos diversos conselhos nacionais e entidades representativas da sociedade para colaborarem na elaboração e no monitoramento da execução dos Planos Plurianuais (PPA).

para o compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro.

O Fórum Interconselhos está incorporado também na Política Nacional de Participação Social - PNPS e no Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, instituídos pelo Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Considerado uma relevante instância de participação social, representa um “mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, no intuito de acompanhar as políticas públicas e os programas governamentais,



SISTEMA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL



formulando recomendações para aprimorar sua intersectorialidade e transversalidade”. De acordo com o Decreto, em seu Art. 15, “os Fóruns Interconselhos devem observar, no mínimo, as seguintes diretrizes:

- I - definição da política ou programa a ser objeto de debate, formulação e acompanhamento;
- II - definição dos conselhos e organizações da sociedade civil a serem convidados pela sua vinculação ao tema;
- III - produção de recomendações para as políticas e programas em questão; e
- IV - publicidade das conclusões”.

EDIÇÕES REALIZADAS

- **I Fórum Interconselhos:** Ocorreu em maio de 2011, com a participação de 250 representantes da sociedade civil, e buscou reunir suas colaborações para o novo modelo do PPA 2012-2015, resultando na apresentação de cerca de 600 propostas.

- **II Fórum Interconselhos:** Realizado em outubro de 2011, no qual o governo apresentou respostas às demandas da sociedade, identificando que aproximadamente 77% das propostas estavam incorporadas no novo PPA 2012-2015.

- **III Fórum Interconselhos:** Realizado em novembro de 2012, com a pactuação com os conselhos nacionais de uma proposta de monitoramento participativo, com base nas Agendas Transversais.

- **IV Fórum Interconselhos:** Foi realizado em setembro de 2013, e apresentou os relatórios de monitoramento das Agendas Transversais ano base 2012. Naquele momento, o Fórum praticamente completava um ciclo, iniciado em 2011, com a coleta das demandas da sociedade, que foram incorporadas no PPA; em 2013, ocorria a efetiva prestação de contas do governo para aquelas demandas da sociedade.

- **V Fórum Interconselhos:** Foi realizado em dezembro de 2014, e apresentou o sumário executivo do monitoramento das Agendas Transversais, ano base 2013, além de Infográficos com os principais destaques de cada uma das Agendas.

- **Fórum Dialoga Brasil – Interconselhos:** Realizado em abril de 2015, de forma ampliada. Foram coletadas importantes contribuições para

a Dimensão Estratégica do PPA 2016-2019. A iniciativa marcou também a descentralização do Fórum, com a realização de seis Fóruns Regionais, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e duas no Nordeste, identificando a relevância desta região para o governo. Além disso, foram realizados pela primeira vez quatro Fóruns Setoriais, contemplando as temáticas de Juventude, Mulheres, Sindical e Empresarial, entre os meses de maio e junho, precedendo a edição ampliada do Fórum.

- **II Fórum Dialoga Brasil Interconselhos:** Foi realizado em julho de 2015, e serviu como devolutiva do processo de incorporação das propostas do Fórum anterior. Foi apresentado um relatório contendo as propostas sistematizadas tanto pelo I Dialoga quanto pelas propostas originadas nos Fóruns Regionais e Setoriais.

- **III Fórum Dialoga Brasil Interconselhos:** Realizado em março de 2016, com a apresentação do Monitoramento Participativo das Agendas Transversais, a partir da priorização de Metas pelos participantes do Fórum. Foram consolidadas e pactuadas 9 Agendas Transversais e 3 Agendas Temáticas.

- **Fórum Interconselhos 2017:** Realizado em novembro, com o objetivo de apresentar os resultados do monitoramento 2016 e pactuar a metodologia de monitoramento participativo do PPA 2016-2019. O evento é uma parceria entre a Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - Seplan/MP e a Secretaria Nacional de Articulação Social, da Segov/PR.

PRÊMIO DA ONU

Em junho de 2014, o Fórum Interconselhos recebeu em Seul, na Coreia do Sul, um dos mais importantes prêmios na área de inovação e gestão pública, o United Nations Public Service Awards (UNPSA). O prêmio é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), e busca reconhecer estratégias inovadoras na gestão pública de governos nacionais e subnacionais. Concorrendo com cerca de 700 iniciativas de 80 países, o Fórum foi reconhecido como uma importante iniciativa para aumentar a participação de organizações e cidadãos a partir de um canal direto de diálogo e de influência nas decisões públicas.



Premiação foi entregue ao EPPGG Daniel Avelino.

O Brasil recebeu, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), um dos mais prestigiados prêmios na área de gestão pública. A iniciativa premiada com o United Nations Public Service Awards (UNPSA), edição 2014, foi o Fórum Interconselhos, mecanismo criado para garantir a participação da sociedade na elaboração dos Planos Plurianuais.

A premiação foi entregue na Coreia do Sul, tradicionais vencedores do UNPSA, nas cidades de Seul e Goyang, entre os dias 23 e 26 de junho. Foram premiadas 19 organizações públicas de 14 países diferentes. O Brasil concorreu com 704 iniciativas de 80 países e foi o mais laureado, com três prêmios, seguido por Bahrein, Coreia do Sul e Tailândia, com dois prêmios cada um. Além do concedido ao Fórum, também foram premiados os governos estaduais do Rio Grande do Sul e de Pernambuco.

O UNPSA é o prêmio internacional mais prestigiado na área de gestão pública. O Fórum Interconselhos é o ponto comum das estratégias de articulação dos conselhos nacionais e de fortalecimento do Plano Plurianual, o PPA, dois importantes compromissos do governo federal.

Saiba mais em: <https://www.servidor.gov.br/noticias/entrevistas/iniciativa-brasileira-de-participacao-social>

A premiação é apenas parte de um evento muito mais amplo, que é o Fórum de Serviço Público das Nações Unidas, convocado anualmente para comemorar o Dia Internacional do Serviço Público. Especialistas em gestão pública de todo o mundo se reúnem para discutir os desafios e perspectivas para os governos em escala global. O tema de 2014 foi Innovating Governance for Sustainable Development and Well-Being of the People.

Conforme Daniel Pitangueira de Avelino, representante do governo brasileiro na solenidade de entrega do Prêmio, o Fórum Interconselhos foi uma inovação criada com o objetivo de garantir a participação da sociedade, de forma transversal, na elaboração do PPA 2012-2015 e hoje é responsável pelo seu monitoramento participativo.

É inovador porque reforça o conceito de participação social de segundo nível, ou seja, considera e respeita, sem concorrer com eles, todos os conselhos já existentes e que já vinham fazendo algum tipo de discussão sobre o planejamento público (primeiro nível), além dos limites setoriais (segundo nível).

FÓRUM INTERCONSELHOS — 2017 —

PPA: 2016–2019
MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

FÓRUM INTERCONSELHOS 2017

Nos dias 8 e 9 de novembro de 2017, na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, foi realizado o Fórum Interconselhos 2017. Participaram da mesa de abertura: o Secretário-Adjunto da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN/MP, Sr. Júlio Alexandre Menezes da Silva; o Secretário Nacional de Articulação Social Substituto – SNAS/SEGOV, Sr. Claudio Cavalcante Ribeiro; a Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção do Ministério da Transparência

e Controladoria-Geral da União – CGU, Sra. Cláudia Taya; o Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu da ENAP, Sr. Fernando de Barros Gontijo Filgueiras; e os conselheiros nacionais Sr. Epitácio Luiz Epaminondas, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDI; Sra. Sarah Magalhães do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; e o Sr. Milton Santos Silva, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.



Mesa de abertura do Fórum Interconselhos 2017, realizado na ENAP

Destaca-se, ainda pela manhã, o momento de Plenária Livre, na qual os conselheiros nacionais tiveram a oportunidade de relatar suas experiências, fazer manifestações em relação aos impactos das reformas do Governo sobre suas pautas, bem como declarar suas expectativas em relação à proposta de monitoramento do PPA.



Edna Costa e Silva - CNPCT



Anaildes Campos Sena - CONADE



Konmannanjy - CNPCT

No período da tarde, a Sra. Miriam Salete L. Barreto, Coordenadora Geral de Informações – SNAS/SEGOV, apresentou o que é a Agenda 2030, as etapas de implementação, as ações em andamento e o alinhamento entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os atributos do PPA 2016-2019.

Em seguida, a Sra. Giovana Bertolini, da Controladoria Geral da União – CGU, apresentou a Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), compromisso internacional firmado por 70 países, explicando o que é, quando começou, para quê e alguns resultados já alcançados.

A própria realização do Fórum 2017, bem como a metodologia de Monitoramento Participativo do PPA, fazem parte do Compromisso 14 da OGP, sob a responsabilidade da Seplan/MP, e que consiste em “Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos”. Então, em seguida, o Sr. Rodrigo Correa Ramiro, Coordenador-Geral de Planejamento da Seplan/MP, apresentou a nova metodologia, ressaltando seus avanços e os próximos passos.

O principal propósito deste Compromisso é aumentar a transparência e os mecanismos de controle social a partir da atuação mais efetiva dos Conselhos Nacionais no monitoramento da execução das políticas públicas. Com base em uma forma de monitoramento mais tempestiva, procura-se o aprofundamento do papel da sociedade civil na responsabilização da administração pública por suas demandas mais relevantes, priorizadas em cinco Metas e/ou Iniciativas do PPA 2016-2019. A partir dessa seleção, os Ministérios envolvidos na execução de cada uma das Metas e/ou Iniciativas deverão elaborar um plano de implementação simplificado, identificando as principais etapas, responsáveis e prazos para cada



Miriam Salete L. Barreto – SNAS/SEGOV – PR



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Giovana Bertolini – CGU



Parceria para Governo Aberto – OGP



Marcos Rochinski – CONSEA



Lúcia Secoti – CNDI



Washington Dias – CNCD/LGBT



Leovane Gregório – CNAS

uma delas. Os planos serão então disponibilizados para os Conselhos Nacionais, que poderão contar com um mecanismo mais eficiente para o monitoramento da execução das políticas públicas.

Essa nova metodologia de monitoramento será complementar àquela que vem sendo realizada desde o PPA 2012-2015. Trata-se de um projeto piloto, e assim se justifica o reduzido número de Metas e Iniciativas selecionadas para Monitoramento Participativo. O propósito da iniciativa é identificar as potencialidades e constrangimentos da ação da sociedade civil na execução das políticas públicas, aprofundando seu protagonismo na responsabilização e na prestação de contas do Estado brasileiro. De forma mais tempestiva, durante a execução das políticas, espera-se que a efetiva atuação da sociedade civil possa aprimorar os mecanismos de execução das políticas públicas, identificando gargalos e publicizando os constrangimentos para sua consecução nos moldes pensados durante sua elaboração.

No final da tarde, quatro Conselhos Nacionais apresentaram como foi seu processo de seleção de metas e iniciativas para o Monitoramento Participativo Tempestivo: Sr. Marcos Rochinski, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Sra. Lúcia Secoti, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDI, Sr. Washington Dias, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT – CNCD/LGBT; e Sr. Leovane Gregório, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

No segundo dia, os destaques foram a Oficina realizada pelo Sr. Adenísio Álvaro Oliveira de Souza, Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social da CGU e sua equipe, com o tema “Controle Interno e Controle Social: interações necessárias”; e a apresentação do Sr. Marcos



Adenísio Álvaro Oliveira de Souza – CGU



Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari – Seplan/MP



Henrique Villa – SNAS/SEGOV



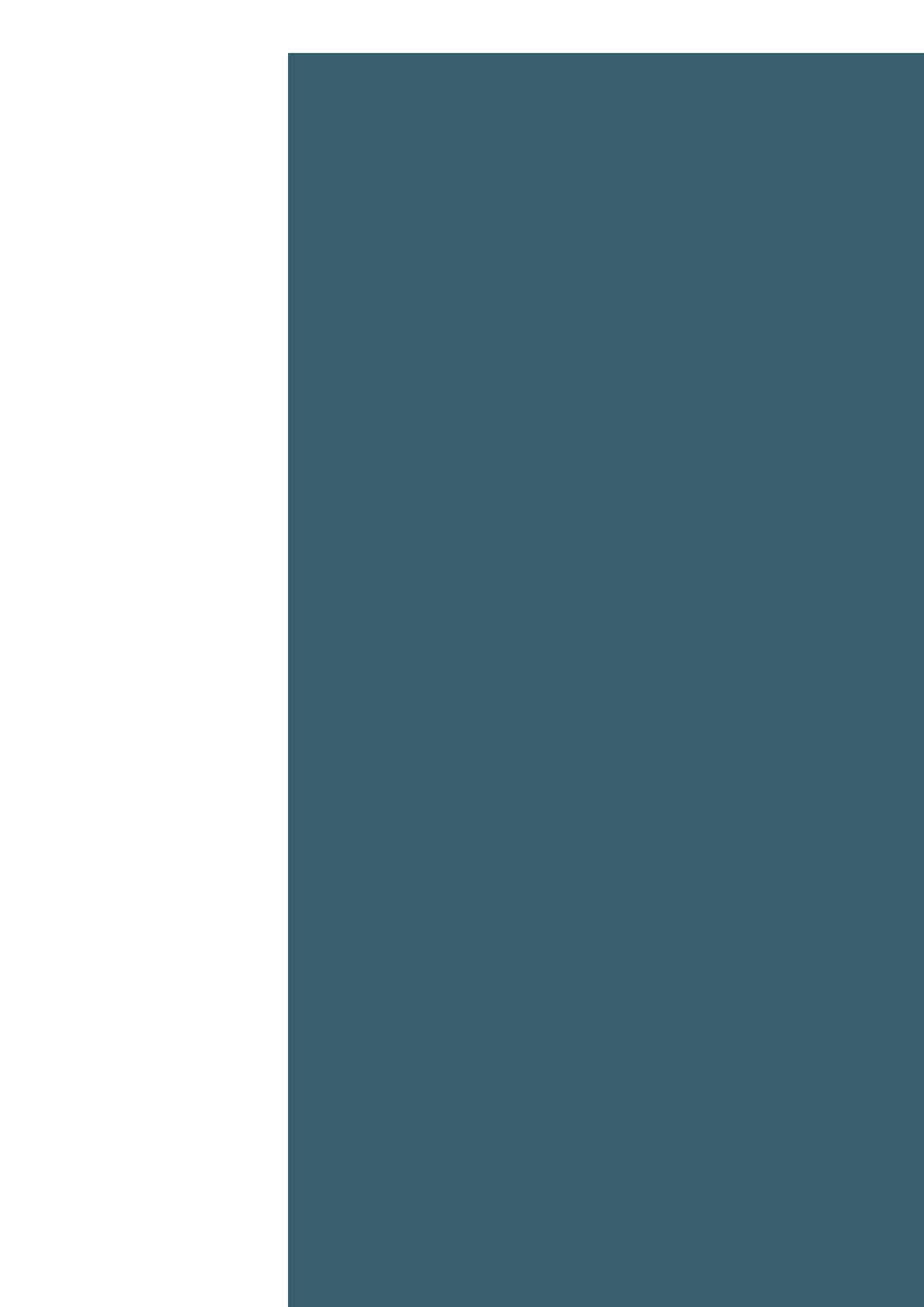
Rodrigo Correa Ramiro – Seplan/MP

Adolfo Ribeiro Ferrari, Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos – Seplan/MP, sobre as inovações do PPA 2016-2019, que possibilitarão maior transparência e melhor gerenciamento dos atributos do Plano, mediante o uso de ferramentas digitais.

O encerramento do Fórum contou com a participação do Sr. Henrique Villa, Secretário Nacional de Articulação Social, da Segov/PR, da Sra. Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla, Diretora de

Planejamento, Avaliação e Assuntos Sociais, da Seplan/MP e do Sr. Rodrigo Correa Ramiro, Coordenador-Geral de Planejamento da Seplan/MP.







SECRETARIA DE
**PLANEJAMENTO E ASSUNTOS
ECONÔMICOS**

SECRETARIA NACIONAL DE
ARTICULAÇÃO SOCIAL